



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Anexo I

Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 11.08.0029/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados às secretarias municipais, segunda parte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Achocolatado: embalagem com no mínimo 200 ml, sabor chocolate. Contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no ministério competente. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	12.000
2	Adoçante dietético: líquido, com identificação do fabricante, prazo de validade. Embalagem com no mínimo 100ml. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
3	Amido de milho: contendo data de validade e marca do produto, embalagem com no mínimo 500g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500
4	Azeitona: legume em conserva tamanho médio, sem caroço, embalagem com no mínimo 500g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
5	Bolinho recheado com no mínimo 40 gramas, devidamente registrado no órgão competente, sabor definido na hora do pedido. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	5.344
6	Café em pó: apresentação industrial, aspecto em pó, com identificação do fabricante, validade mínima de 06 meses. Embalagem com no mínimo 250g. Devidamente registrado nos órgãos competentes e selo abic (associação brasileira da indústria de café). Tipo Melitta, santa clara, 3 corações, Nescafé, marata, kimimo ou superior. (produtos de qualidade inferior, não serão aceitos). (COTA PRINCIPAL)	Unidade	6.000
7	Café em pó: apresentação industrial, aspecto em pó, com identificação do fabricante, validade mínima de 06 meses. Embalagem com no mínimo 250g. Devidamente registrado nos órgãos competentes e selo abic (associação brasileira da indústria de café). Tipo Melitta, santa clara, 3 corações, Nescafé, marata, kimimo ou superior. (produtos de qualidade inferior, não serão aceitos). (COTA RESERVADA DO LOTE 06, LEI 123/06)	Unidade	2.000
8	Café solúvel: apresentação industrial, aspecto em pó, com identificação do fabricante, validade mínima de 06 meses. Embalagem com no mínimo 40g. Devidamente registrado nos órgãos competentes e selo abic (associação brasileira da indústria de café). Tipo Melitta, santa clara, 3 corações, Nescafé,	Unidade	1.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	marata, kimimo ou superior. (produtos de qualidade inferior, não serão aceitos. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
9	Caldo de carne: diversos sabores contendo 06 cubos, com no mínimo 57g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.380
10	Chá diversos: sabores diversos. Isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em acondicionados em saco de papel, atóxico, fechado, embalagem apropriada, contendo 10 saquinhos. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.000
11	Colorífico: (colorau) constituído de matéria prima de boa qualidade. Embalagem com no mínimo 100g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.588
12	Doce de banana: com no mínimo 500g validade de 06 meses – banana e açúcar. Não contém glúten. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
13	Feijão: tipo fradinho, tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros e sãos, com teor de umidade máxima de 15%, com prazo de validade e marca do fabricante. Acondicionado em saco plástico com no mínimo 1kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500
14	Flocos de arroz: aspectos físicos: flocos, embalagem com no mínimo 500g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500
15	logurte: sabores diversos (definidos na hora do pedido). Devem obedecer às normas da vigilância sanitária. Contendo procedência, informações nutricionais e validade mínima de 30 dias. Embalagem com no mínimo 900ml. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	4.384
16	Maionese tipo tradicional, contendo data de validade e marca do fabricante, embalagem com no mínimo 495g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
17	Vinagre: a base de álcool, registro do produto no ministério competente, data de fabricação e prazo de validade na embalagem, embalagem com no mínimo 750 ml. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	600
18	Alecrim embalagem de no mínimo 10g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	80
19	Aveia - integral, 100% natural, em flocos finos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em embalagem apropriada de no mínimo 165g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	250
20	Bombom pacote de 1 kg a base de wafer com recheio cremoso de castanha de caju e coberto com chocolate, hermeticamente fechada contendo respectiva informação nutricional, data de validade/lote. Pacote de 01 kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Pacote	450
21	Canela em casca embalagem de no mínimo 10g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com	Unidade	50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
22	Canela em pó - fina homogênea, obtida da casca de espécimes vegetais genuínos, grãos e limpos, pardo amarelada ou marrom claro, com aspectos cheiros aromáticos e sabor próprios, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalagem de no mínimo 35g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500
23	Chimichurri embalagem de no mínimo 10g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
24	Cravo da índia embalagem de no mínimo 10g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	404
25	Mistura a base de amido de milho vitaminado (tipo cremogema) com respectivas informações nutricionais, data de fabricação/validade/lote. Embalagem com no mínimo 460g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	250
26	Folha de louro embalagem de no mínimo 5g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
27	Mostarda - molho à base de água, vinagre, açúcar, amido, sal, cúrcuma e outros ingredientes permitido pela ANVISA, isento de sujidades, com respectiva informação nutricional, data de fabricação/validade/lote. Acondicionado em embalagem de no mínimo 180g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
28	Orégano - em folhas secas, obtido de espécimes vegetais genuínos, grãos são e limpos de coloração verde pardacenta, com cheiro aromático e sabor próprio, isento de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado, embalagem de 10g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
29	Pirulito sabor cereja, pacote com no mínimo 700g. A embalagem deverá conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	600
30	Tempero baiano embalagem de no mínimo 100g - com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos.	Unidade	500



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	Acondicionado em embalagem primária em polietileno atóxico transparente, resistente e hermeticamente fechado, com respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
31	Biscoito recheado wafer: diversos sabores (definido na hora do pedido), com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade, com no mínimo 80g. Tipo: vitarela, Nestlé, igual ou superior. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	5.000
32	Farinha láctea - embalagem com no mínimo 600g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	250
33	Suco de caixinha - diversos sabores, embalagem tetra pak com no mínimo 200ml, com canudinho, não deve conter glúten, deve ter registro s.i.f., livre de gordura trans. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
34	Salgadinho tipo pipoca (saquinho) 14g, fardo com no mínimo 20 unidades. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Fardo	1.000
35	Balas mastigáveis sortidas, pacote com 600 gramas. A embalagem deverá conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.000
36	Refrigerante 200ml, diversos sabores. Não devendo esta amassada, estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo com validade. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	3.000
37	Bala de goma tubo jujuba frutas sortidas, balas macias em embalagem individual com aproximadamente 30 g. Cx / 30 unidades. A embalagem deverá conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Produto preparado a base de açúcares fundido e adicionado de substâncias que caracterizam o produto, como suco de frutas, óleos essenciais e outros produtos permitidos. Validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Caixa	200
38	Granulado colorido ou chocolate, contendo no mínimo 1kg com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, não inferior a 120 dias. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
39	Paçoca rolha tradicional, balde c/ 50 unidades. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
40	Nego bom de banana, pacote com 700g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
41	Flocos de cereais crocante, chocolate e chocolate branco, com no mínimo 210g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
42	Fermento químico. Deverá conter: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Contendo data de fabricação e prazo de validade. Embalagem contendo no mínimo 100g. Validade	Unidade	50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	mínima de 3 meses na data da entrega. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
43	Molho inglês, embalagem com no mínimo 150 ml. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
44	Azeite, de oliva, puro, sem colesterol, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/ms. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência a data de fabricação do lote, impressa na embalagem. O produto deverá ser registrado no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Embalagem com no mínimo 250 ml. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	30
45	Milho para mugunzá. Tipo 1, cor amarelo e despelculado, embalagem com no mínimo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. O produto deve ter registro do ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
46	Biscoito recheado: diversos sabores (definido na hora do pedido), com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade, com no mínimo 120g. Tipo vitarella, Nestlé, igual ou superior. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	5.000
47	Creme de leite: embalagem com no mínimo 200g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.020
48	Doce de goiaba: com no mínimo 500g com validade de 06 meses – goiaba e açúcar. Não contém glúten. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	452
49	Feijão: tipo preto, tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros e sãos, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, com prazo de validade. Acondicionado em saco plástico com no mínimo 1kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
50	Margarina com sal: com identificação do fabricante, marca do produto e prazo de validade. Embalagem com no mínimo 500g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.780
51	Milho verde: tipo mini milho, em conserva, pesando no mínimo 280g líquido. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	830
52	Ovo de galinha – de primeira qualidade, livre de sujeiras, sem danos físicos e mecânicos do manuseio e transporte, de postura recente e em caixas apropriadas, com registro no órgão competente. Contendo prazo de validade. Bandeja com 30 unidades. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Bandeja	1.000
53	Queijo muçarela, fatiado: embalado com dados de identificação. Data de fabricação e de validade, peso líquido e registro no ministério da saúde/ou agricultura. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	KG	200
54	Catchup - simples, concentrado, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processos tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, não picante, isento de sujidades, com respectiva informação nutricional, data de	Unidade	300



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	Fabricação/validade/lote. Embalagem de no mínimo 370g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
55	Chantilly, embalagem de no mínimo 1l. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
56	Carne de ave, tipo chester. Devidamente embalada, isenta de sujidades e impurezas. Congelado. Pesando aproximadamente entre 3,0 kg a 4,0 kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	KG	30
57	Presunto de peru fatiado acondicionado em embalagem primária de plástico atóxico estar devidamente rotulada contendo registro nos órgãos de inspeção sanitária com respectiva informação nutricional, data de fabricação/validade/lote. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	KG	200
58	Queijo parmesão ralado. Embalagem de no mínimo 100g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
59	Manteiga, com sal, de primeira, acondicionado em embalagem com no mínimo 200 g. As seguintes informações deverão ser impressas pelo fabricante, diretamente sobre a embalagem em que o produto está acondicionado: nome ou CNPJ do fabricante, marca do produto, endereço, peso, composição, data de fabricação ou lote, data de validade, normas vigentes e registros nos órgãos competentes. Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência, a data de fabricação ou lote, impressa na embalagem. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
60	Biscoito waffer chocolate Treloso. Diversos sabores (definido na hora do pedido), com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade, com no mínimo 35g. Cx c/ 40 unidades. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Caixa	300
61	Pé de moleque crocante, pacote c/ 20 unidades de 16g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500
62	Panetone, sabor: gotas de chocolate e frutas vermelhas. Produto a base de farinha de trigo, com glúten. Embalagem: com no mínimo 400 g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
63	Carne / bacon - produto de boa qualidade, congelado ou resfriado, com no mínimo de gordura. Registro no ima ou sif, em embalagem de no mínimo 1kg, fechamento a vácuo ou bem lacrado, com identificação do fornecedor, produto, data de fabricação, validade. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	100
64	Farinha de tapioca, classe granulada, tipo 1. Pacote de no mínimo 1 kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	300
65	Fermento biológico em pó, pacote com no mínimo 10 gramas. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	150
66	Arroz parboilizado - alimento obtido de grãos longos finos sadios de arroz, que foram submetidos ao beneficiamento, embalagem plástica apropriada, contendo Validade e procedência. O produto deverá estar de acordo com	Unidade	3.388



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	a legislação Vigente. Embalagem de 1kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
67	Arroz polido branco: tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, embalagem Plástica apropriada, contendo validade e procedência. O produto deverá estar De acordo com a legislação vigente. Embalagem de 01 kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
68	Farinha de trigo com fermento: obtida do trigo moído, limpo, de cor branca, com Fermentação, embalagem com no mínimo 1kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.000
69	Farinha de trigo s/ fermento: obtida do trigo moído, embalagem com no mínimo 1kg. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	700
70	Jerked beef, dianteiro - carne bovina salgada, curada e dessalgada, Proveniente exclusivamente de cortes do dianteiro bovino. Embalagem primária Própria, com peso líquido no mínimo de 500g, transparente, atóxica, embalada a Vácuo. Devem constar claramente as seguintes informações: registro no Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (mapa), apresentar sif/dipoa, Ingredientes, data de fabricação, lote, validade e informações nutricionais. Condições de transporte: o produto deve ser transportado em condições que Evitem riscos de contaminação e/ou deterioração. O produto deve apresentar Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses na data da entrega. Produtos em Desconformidade qualitativa e, de acordo com o descrito no termo de Referência, serão recusados (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.500
71	Leite condensado: tipo: integral, embalagem com no mínimo 395g. Com Identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, Validade mínima de 60 dias, com registro do ministério competente. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
72	Massa para lasanha: produto com identificação do fabricante, validade mínima de 06 meses, embalagem com no mínimo 500g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	200
73	Milho de pipoca: produto com identificação do fabricante, validade mínima de 06 Meses. Embalagem com no mínimo 500g	Unidade	2.500



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
74	Óleo vegetal comestível de soja: garrafa plástica refinado, sem colesterol, Embalagem com 900 ml, marca do fabricante e prazo de validade mínimo de 06 Meses (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
75	Sal refinado: iodado para consumo doméstico, embalagem contendo no mínimo 1 Kg, com identificação do produto, marca do fabricante (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.000
76	Feijão - carioquinha, tipo 1, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, com a Unidade permitida em lei, isento de material terroso, sujidades e misturas de Outras espécies, com registro no ministério da agricultura. Pacote de 1kg (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	2.000
77	Polpa de tomate - polpa de tomate simples e concentrado. A polpa de tomate Deve ser preparada com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e Sementes. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar Processamento defeituoso. Ingredientes: tomate, sal e açúcar, deve conter Respectiva informação nutricional, com data de fabricação, lote e prazo de Validade de no mínimo 06 meses. Embalagem de no mínimo 260g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	1.000
78	Coco ralado, a base de polpa de coco triturada, parcialmente desengordurada. Processo conservação 233- ms. A embalagem deverá estar íntegra e conter Todas as informações de acordo as especificações técnicas da Anvisa. Prazo de Validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega. Pacote com no mínimo 100g. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	Unidade	500

1.2. Os itens objeto do registro de preços não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39/2023.

1.3. Os itens objeto do registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

1.5. Deverá ser exigido para fins de habilitação a Autorização para funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, relativa à sede do seu estabelecimento.

1.6. Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, terão prioridade de contratação o agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que sejam sediadas regionalmente, e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido (Art. 48, §3º, da Lei Complementar 123/2006).

1.7. Considera-se empresa sediada regionalmente as situadas no Município de Santana do Ipanema/AL, a estabelecida no Decreto Municipal nº 108/2023

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DO OBJETO A SER REGISTRADO

4.1. Os bens serão recebidos:

4.2. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos alimentos em perfeitas condições, dentro do prazo e no local informado pela administração;

4.3. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 16 do Código do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4. A CONTRATADA deverá substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os produtos com avarias ou defeitos;

4.5. A CONTRATADA deverá atender prontamente as necessidades da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- 4.6.** A CONTRATADA deverá comunicar à administração, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.7.** A substituição dos produtos só deverá ocorrer por outro produto com qualidade igual ou superior, anteriormente informado através de documentação comprovando todos os dados necessários e só podendo ser aceito mediante aprovação da CONTRATANTE;
- 4.8.** Os produtos de origem animal devem atender a lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017;
- 4.9.** Frios, Laticínios, Carnes e Peixes: devem ser transportados em veículos refrigerados e constar claramente as seguintes informações: Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresentar SIF/Dipoa, ingredientes, data de fabricação, lote, validade e informações nutricionais
- 4.10.** Os produtos devem constar claramente as seguintes informações: Todas as informações do fabricante com respectivos contatos de serviço ao consumidor, ingredientes, data de fabricação, lote, validade e informações nutricionais;
- 4.11.** Os produtos devem estar devidamente registrados no órgão competente ao que se remete aos gêneros de cada produto;

Subcontratação

- 4.12.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.13.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1.** O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação.
- 5.2.** Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A fiscalização da contratação será exercida pela servidora **Luana Silva Santos, Coordenadoria de Compras Públicas, CPF nº 708.220.994-03**, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.6.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

8.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

8.24. I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.24.1. II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante);
e

8.24.2. III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.25. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste a boa situação financeira do licitante, conforme o índice exigido no termo de referência.

8.26. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.30. Comprovar capacidade de fornecimento de, no mínimo 50%, da quantidade do objeto desta licitação, em único ou diversos fornecimentos.

8.31. Deverá ser exigido para fins de habilitação a Autorização para funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, relativa à sede do seu estabelecimento.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Ipanema/AL.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.